

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU  
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

**ACTAS DO COLÓQUIO**

**Sociedade de Geografia de Lisboa**

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:  
João Luís Cardoso

**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

2007

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS**  
Volume 15 • 2007      ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E  
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E  
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores  
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340  
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

## TODOS OS CAMINHOS VÃO DAR AO OCIDENTE: TROCAS E CONTACTOS NO BRONZE FINAL

Raquel Vilaça\*

### RESUMO

O título escolhido pretende evocar a situação que o Ocidente peninsular conheceu nos finais do Bronze Final, quando os contactos entre diferentes áreas do mundo atlântico, que tinham caracterizado as primeiras etapas do Bronze Final, passam a incorporar também os mundos continental e mediterrâneo.

O problema das trocas e contactos das comunidades do Bronze Final peninsular entre si e com outros, nomeadamente com o mundo mediterrâneo de então, onde encontramos sociedades regidas por normas económicas e sócio-políticas bem distintas das aqui existentes, é assunto particularmente complexo. A questão passa não só pela identificação dos testemunhos desses contactos ?

artefactos originais ou imitações, matérias-primas, tecnologia, estilo, iconografia, rituais funerários e outros, etc. ?, mas também pela determinação das rotas e distâncias percorridas, das regiões envolvidas, quem levava e quem trazia, da natureza e organização dos mecanismos subjacentes.

Foram vários os investigadores que demonstraram já a importância do território actualmente português e, muito particularmente, a sua área central compreendida entre o Douro e o Tejo, como uma região-chave na compreensão do funcionamento das redes e circuitos trans-regionais, de carácter pendular, entre os mundos Atlântico e Mediterrâneo, nos inícios do I milénio a. C.

Esta comunicação debruça-se sobre alguns dos testemunhos e problemáticas inerentes a essa teia de relações, sublinhando-se o papel activo e dinâmico do Centro do território português, ao nível das trocas de artefactos de bronze, e outros bens, de tecnologia e conhecimento. Iremos à Irlanda e à Sardenha, ao Báltico e ao Mediterrâneo, passando pela Itália continental e regressando ao Ocidente. A natureza das trocas e os caminhos percorridos serão igualmente contemplados. Achados mais antigos, como os de Baiões, outros mais recentes, ajudarão a entender o papel do Ocidente peninsular no mundo de então.

1. Ao escolher este tema para responder afirmativamente ao convite que me foi dirigido, estou perfeitamente ciente da sua dificuldade. Além disso, é um tema demasiado amplo para o tempo e espaço disponíveis. Mas também me pareceu que seria importante trazê-lo a um Colóquio que tem como propósito analisar “as relações mantidas pelos antigos habitantes do actual território português com populações de outras origens europeias, tanto atlânticas, como

---

\* Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Portugal. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP-FCT). E-mail: rvilaca@ci.uc.pt

continentais ou do mediterrâneo”<sup>1</sup>. Este meu contributo deve ser assim entendido apenas como um conjunto de reflexões, sem o objectivo específico de comprovar isto ou aquilo, até porque, frequentemente, os dados empíricos permitem leituras distintas mas igualmente válidas e, por vezes, até contraditórias.

Por outro lado, o título que escolhi pretende evocar a situação que o Ocidente peninsular conheceu nos finais do Bronze Final – o Bronze Final III, para alguns investigadores –, quando os contactos entre diferentes áreas do mundo atlântico, que tinham caracterizado as primeiras etapas do Bronze Final, passam a incorporar também, na viragem do milénio, o mundo mediterrâneo e oriental.

O problema das trocas e contactos das comunidades do Bronze Final peninsular entre si e com outros passa não só pela identificação dos testemunhos desses contactos – artefactos originais ou imitações, matérias-primas, tecnologia, estilo, iconografia, rituais funerários e outros, etc. –, mas também pela determinação das rotas e distâncias percorridas, das regiões envolvidas, de saber quem levava e quem trazia e como seria a natureza e organização dos mecanismos subjacentes a esses contactos.

**2.** No mundo antigo, e num ponto de vista orientalista, o Ocidente peninsular era não só uma região geograficamente periférica, como uma fronteira no sentido de limite até onde se podia chegar. Já numa perspectiva atlântica, e logo nos inícios do Bronze Final, nem a Península nem o Atlântico constituíram obstáculos, como demonstra a espada da ría de Larache, dragada no rio Lucus, no litoral marroquino, muito perto do sítio onde mais tarde se estabelecerá a colónia fenícia de Lixus (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1983).

Mas aquela periferia geográfica depende, evidentemente, do ponto em que nos centramos. E existem elementos bastantes para considerarmos que do extremo Ocidente, aqui entendido como o actual território português, e nos inícios do I milénio a. C., também se podia partir e nele se cruzavam caminhos que, de periféricos, pouco tinham. Assim, e de um terceiro ponto de vista – o das comunidades indígenas –, essa região seria de alguma forma o centro do mundo, encontrando-se, afinal, num dos pontos certos – o angular – entre aqueles mundos.

Nessa altura, essa região e, muito particularmente, o Centro do território português, correspondeu, de facto, a uma das áreas mais dinâmicas de produções, exportações e importações, assimilando, irradiando e inter-ligando o Atlântico, o Mediterrâneo e também a Europa além-Pirenéus, o que lhe mereceu o epíteto de “Grupo Lusitano” (COFFYN, 1985, p. 267).

Trata-se, como tem sido assinalado por diversos investigadores, de uma região-chave para a compreensão do funcionamento das redes e circuitos trans-regionais, de carácter pendular, entre o Atlântico e o Mediterrâneo, sendo igualmente o contra-ponto activo aos estímulos orientais veiculados pelo Mediterrâneo Central, com as suas criações próprias e imitações de matriz atlântica, que chegariam longe.

Por outro lado, a Beira Litoral, e particularmente a Estremadura, eram consideradas o epicentro dessa produção e circulação devido à elevada concentração de achados de bronze, não obstante a inexistência de matéria-prima, cobre e estanho (KALB, 1980; COFFYN, 1985, p. 267; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1986, p. 37; CARDOSO, 2004, p. 177-226, entre outros). Precisamente por isso, a sua posição charneira entre as zonas mais ricas em estanho – o Noroeste e a Beira Alta – e em cobre – o Sudoeste –, e possuindo, simultaneamente, uma assinalável facilidade de escoamento para o Atlântico, colocavam-na, de acordo com o modelo locativo de Weber (Fig. 1)<sup>2</sup>, num dos vértices de um triângulo, no centro do qual, idealmente, se deverão encontrar os centros produtores (VILAÇA, 1995, p. 420-421).

Ora, seja pelas vicissitudes dos achados, seja pela bondade do modelo, e sem negar o papel ímpar da Estremadura, a verdade é que o centro do triângulo recai nas Beiras Central e Interior, regiões onde se concentram expressivos

---

<sup>1</sup> Objectivos expressos na carta que me foi dirigida pelo Prof. Luís Aires-Barros, a quem agradeço o convite para participar neste Colóquio, tal como ao Prof. João Luís Cardoso, por ter sugerido o meu nome.

<sup>2</sup> Agradeço a José Luís Madeira a colaboração no arranjo gráfico das figuras e na elaboração dos mapas.

testemunhos, quer de artefactos metálicos, quer de moldes – de pedra, argila e bronze – de machados, foices, lanças, escopros, argolas, etc. –, atestando o dinamismo das produções indígenas interiores.

Desta forma, à presumível rota atlântica ao longo da costa, para norte e para sul, há que juntar as rotas interiores, fluviais, que lhe eram *grosso modo* perpendiculares. Uma pergunta que de imediato se impõe, é se, nesta altura, haveria mesmo escoamento e/ou entrada de produtos através da costa atlântica peninsular, ou se não seriam antes as rotas do interior da Península a desempenhar papel cimeiro, fosse para Nordeste, até à Aquitânia, Bretanha, Inglaterra, fosse para Sudeste, até ao Mediterrâneo, ou para Nascente, ao longo do Tejo.

Por exemplo, neste último caso, as incinerações do Bronze Final testemunhadas no Monte de S. Domingos (Castelo Branco) (CARDOSO *et al.*, 1998) ou nas necrópoles de Alpiarça, e sem que seja possível estabelecer qualquer relação directa com o fenómeno dos “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, poderão ser entendidas como resultado de contactos e influências estabelecidos através do vale do Tejo (VILAÇA *et al.*, 1999, p. 18-19).

Mas admitindo como certa aquela primeira hipótese – que não anula esta –, uma segunda questão se coloca: seriam vários os portos de entrada e de saída ou haveria um único ou um número reduzido deles? E se existiram, onde se localizam?

Mais do que uma resposta para estas perguntas, o que pretendo sublinhar é que sabemos ainda muito pouco sobre o que se terá passado na faixa mais litoral. De resto, a própria presença e/ou influência fenícia, concretamente nos estuários do Mondego e Tejo, recentemente valorizada no seu conjunto (ARRUDA, 2005), ganhará novos contornos



**Fig. 1** – O Ocidente Peninsular e a situação privilegiada do Centro do território português, entre regiões com importantes recursos de cobre e de estanho.

quando outras realidades indígenas forem melhor conhecidas e articuladas com aquela situação. A região por eles delimitada reúne indícios promissores, designadamente no sul da Beira Litoral e na Alta Estremadura, que justificam uma maior atenção no futuro (VILAÇA, no prelo a).

O mesmo sucede com a região do Baixo Vouga, nomeadamente na zona do paleoestuário, onde a ocupação do Bronze Final do Cabeço da Mina (Águeda), e a que se lhe seguiu, da Idade do Ferro (SILVA, s/d), quando e se melhor conhecidas e articuladas com o expressivo povoamento do Médio Vouga, permitirão novas abordagens. Não esqueçamos que Estrabão (III, 3, 4) se refere à navegabilidade do Vouga e que, até há bem poucos anos, o rio era ainda navegável até Sever do Vouga. E, há cerca de 3000 anos, a região onde vamos encontrar o povoado da Sr.<sup>a</sup> da Guia (Baiões) encontrava-se apenas a pouco mais de 40 Km das águas atlânticas, pois o estuário penetraria fundo no interior da Beira.

Portanto, sobre as rotas que conectavam, à época, a importante região compreendida entre o Douro e o Tejo com outras regiões, há ainda muito para saber e conhecer.

**3.** Vejamos agora que outras regiões eram essas com as quais se estabeleceram contactos, que bens circulavam e que caminhos seriam percorridos. O assunto não é fácil porque o rastreio destas informações só muito raramente é passível de plena confirmação. E mesmo quando dispomos de dados baseados em análises de carácter especificamente científico, o óbvio nem sempre é necessariamente verdadeiro.

Como se sabe, uma boa parte das narrativas que os arqueólogos constroem baseia-se na procura de paralelos e estes, uma vez reconhecidos, servem para identificar a existência de relações entre distintas regiões, independentemente da sua natureza. Essas semelhanças podem ser formais ou estilísticas e a elas nos referimos frequentemente como tendo um “ar de família”. Mas o “ar de família” tem muito que se lhe diga. Por exemplo, são cistas no sentido formal do conceito, não da função e cronologia, as tradicionais armadilhas com ichó para caçar perdizes, sem que à primeira vista se diferenciem das cistas da Idade do Bronze (VILAÇA *et al.*, 2004).

É também necessário ter presente que a existência de contactos nem sempre se traduz na permuta de bens materiais, isto é, de importações/exportações. Pode antes limitar-se à troca de conhecimentos, de aprendizagem no fazer ou à assimilação de novos gostos e costumes, originando imitações e recriações. Movemo-nos aqui numa esfera muito mais subtil que é a de pretendermos distinguir protótipos e modelos de reelaborações indígenas, o que nem sempre está ao alcance, mesmo dos mais habilitados.

De qualquer forma, parece que estão bem identificadas as produções indígenas e/ou específicas do Centro do território português, de criação própria, umas, ou constituindo imitações de timbre atlântico, outras. Contam-se, por exemplo, os machados de talão e de duas argolas, as foices de tipo Rocanes, os machados de alvado, os punhais de tipo Porto de Mós, os machados de talão unificiais, os espetos articulados, etc. (Fig. 2). A este rol deverão talvez ser acrescentadas as facas de couro ou “tranchets”, que perfazem já um total de mais de dez exemplares, entre as publicadas e as inéditas, só em território português (VILAÇA, no prelo b).

Algumas destas produções chegaram à França e Irlanda, mas também à Sardenha, Itália continental e Chipre (COFFYN, 1985; KARAGEORGHIS & LO SCHIAVO, 1989; LO SCHIAVO, 1991; GIARDINO, 1995, entre outros), o que pressupõe a existência de contactos longínquos e multidireccionais. O inverso também parece ser verdadeiro (Fig. 3). Ao Ocidente Peninsular chegaram igualmente artefactos, mas ainda matérias-primas exóticas, novos estilos, tecnologia e conhecimentos, de diversas origens, do Báltico ao Mediterrâneo Oriental.

Colocado o assunto desta forma, fácil seria concluir duas coisas: a existência de rotas directas e lineares interligando o Ocidente Peninsular a cada uma daquelas regiões, por um lado, e a movimentação de pessoas entre todos esses pontos, por outro. Mas nem uma nem outra são necessariamente verdadeiras. E mesmo se argumentarmos que os presumíveis naufrágios como os de Langdon Bay ou Moor Land, ambos na costa sul inglesa, são comprovativos desses contactos de longa distância (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998, p. 141), sucedendo o mesmo com o conhecido caso de



Fig. 2 – Algumas das produções de bronze características do Centro do território português: machado de talão unifacial, machado de alvado, punhal de tipo Porto de Mós do depósito de Freixianda, Leiria; foice de tipo Rocanes do depósito de Travasso, Mealhada (seg. R. Vilaça).



Fig. 3 – Algumas das conexões entre o Centro do território português e outras regiões atlânticas e mediterrâneas.



Huelva, não podemos ignorar outras interpretações que põem em causa, com pertinente argumentação, a sua condição de naufrágios, encarando-os antes como deposições sucessivas de artefactos de bronze num mesmo lugar (SAMSON, 2006).

Mas ultrapassando este problema, detenhamo-nos num caso que ilustra bem o problema da definição de rotas de longa distância. Nos povoados da Sr.<sup>a</sup> da Guia (Baiões) e da Moreirinha (Idanha-a-Nova) foram encontradas contas de colar de âmbar (Fig. 4), cujas análises, por espectroscopia de infra-vermelhos, revelaram tratar-se de succinite ou âmbar de origem báltica (VILAÇA *et al.*, 2002).

Este método é de grande fiabilidade, uma vez que nenhuma outra resina fóssil emite idêntico espectro de infra-vermelhos, pelo que não se confunde com qualquer outro âmbar. Mas a única certeza é só esta. É que os nódulos

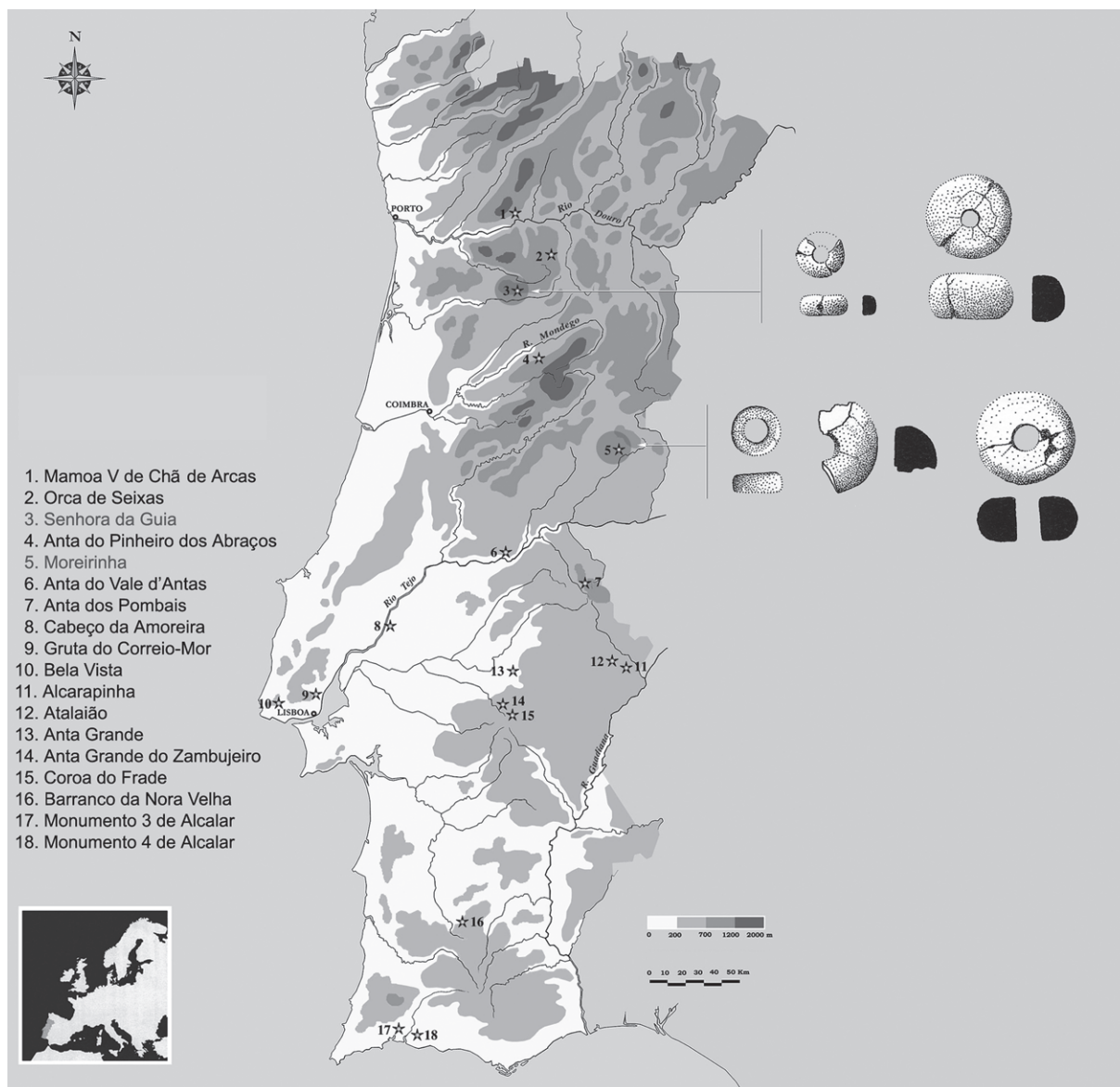


Fig. 4 – Contas de colar em âmbar de origem báltica da Sr.<sup>a</sup> da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul e da Moreirinha, Idanha-a-Nova, e registo de outros achados de âmbar em contextos pré-históricos.

de âmbar báltico poderiam ter sido obtidos nas costas orientais da Escócia, Inglaterra, Holanda ou Dinamarca, onde chegavam por transporte das correntes marítimas. Por outro lado, do Báltico ou destas regiões, jamais saberemos o rumo que tomaram, sendo igualmente possível que tenham chegado pelo caminho mais curto e directo, por via atlântica e terrestre, como pelo mais longínquo e sinuoso, descendo ao Mediterrâneo e daí até à Beira Alta (VILAÇA, no prelo a). Não esqueçamos, por exemplo, que entre a carga do famoso naufrágio de Ulu Burun, ocorrido junto à costa meridional da Turquia, no século XIII a. C., encontrava-se âmbar de origem báltica (PULAK, 1994).

Portanto, nem o âmbar báltico nem outros bens, concretamente o bronze, autorizam uma obrigatória marcação de rotas lineares e directas.

Há quem preconize, na linha childeana, a existência de mercadores ou comerciantes itinerantes de longo curso, esquecendo, aliás, que os motivos das trocas inter-regionais vão muito para além do comércio, pois também podem ter a ver com ofertas, acordos e alianças, prática de exogamia no âmbito de mecanismos de regulação demográfica, vínculos de parentesco, pagamento de tributos de passagem, eventual transumância, botim, movimentos de população de diversa índole, etc.

Continuo a valorizar como um dos factores de inter-acção social os contactos inter-regionais com percursos muito mais curtos, muitos deles sem contacto directo entre os intervenientes de cada uma das regiões, configurando uma moldura em que os artefactos e outros bens vão passando de mão em mão.

Na altura, as rotas directas e lineares, com frequentes viagens de longo curso, entre os centros de origem e os pontos de chegada seriam certamente excepção, por isso não me convenceu plenamente o recente livro de Kristiansen onde se preconiza, quanto a mim de forma exagerada, a existência frequente de viagens de longo curso, da Escandinávia ao Mediterrâneo e da Irlanda aos Urais durante a Idade do Bronze (KRISTIANSSEN & LARSSON, 2006).

Quando os centros de origem e os locais de chegada dos bens permutados são assim tão afastados entre si, um outro problema que se coloca é o de se saber por quantas mãos passaram os bens em circulação. Parece fazer sentido que, quanto maior for a distância entre os centros de origem de um artefacto e os locais onde se encontra, e quanto maior for o número de intermediários, maior será a distorção do seu significado de origem. Mas não é obrigatório que assim seja, pois as distâncias espacial e social de que nos fala Needham (1993: 163), nem sempre seriam proporcionais entre si.

Para o período em análise, este assunto é de particular importância, porque se traduz na questão – que divide os investigadores – de se saber se o bronze que alimentava as trocas no espaço Europeu e Mediterrâneo valia só pelo seu peso e volume, ou também expressaria a incorporação de novos costumes, rituais e ideologia<sup>3</sup>.

E este último aspecto coloca a questão – que também origina discordância – da real importância da metalurgia do bronze nas trocas inter-regionais. De facto, temos de pensar em muitos outros bens que não só se permutariam, como se avaliariam pelo seu peso, se for esse o entendimento a dar aos ponderais das Beiras e da Estremadura. O seu reduzido peso – oscilando entre 1,82 g e 19,48 g – indica que, com eles, não se poderia avaliar o peso do bronze, antes, decerto, pequenas quantidades de produtos leves, raros e valiosos, como por exemplo, o próprio âmbar (VILAÇA, 2003).

4. Nos contactos entre a Península e o Mediterrâneo Central, e sem se negar o papel das comunicações marítimas E-W, foi recentemente também sublinhada a troca de bens através de complexas redes de distribuição terrestre (GUERRERO AYUSO, 2004: 97).

Nesta hipótese, os contactos com o Norte de Itália poderiam ter sido mais importantes do que se crê, e compreendia-se melhor a advertência de A. Coffyn e H. Sion (1993, p. 289-290) para os estreitos paralelismos entre os conhecidos carrinhos de Bizencio (Viterbo) e de Baiões. Da mesma forma poderia ser entendida a presença das fibulas

---

<sup>3</sup> Para esta problemática, vejam-se os comentários da autora (VILAÇA, 2003; no prelo a).

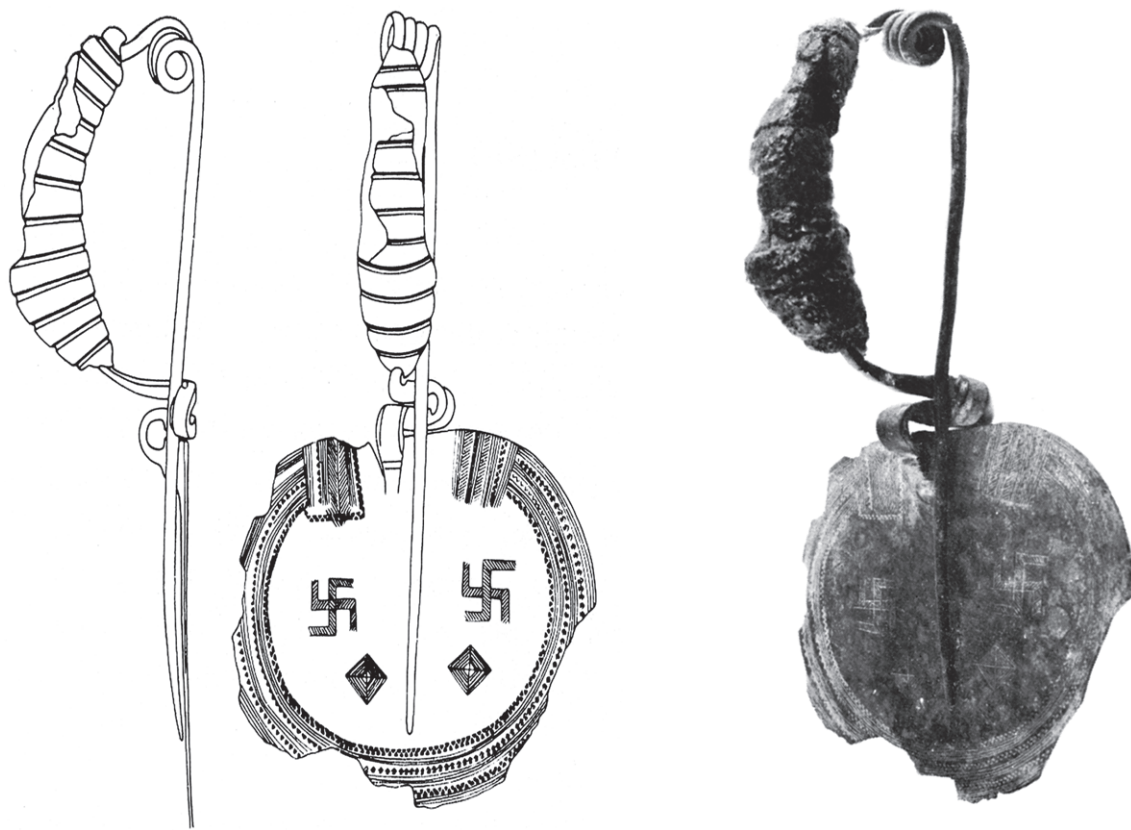


Fig. 5 - Fibula de origem itálica do castro de Pirreitas, Alcobaça (seg. S. Ponte).



Fig. 6 - Peça metálica para picar cavalos proveniente da Sr.ª da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (seg. B. Armbruster).

de origem itálica (Fig. 5) no castro de Pirreitas (Alcobaça), a que foi atribuída uma cronologia do séc. IX a. C. (PONTE, 1984).

Quando os contactos e a permuta de bens são feitos por via terrestre, naturalmente que deve ser tido em conta o meio de transporte utilizado. Também neste aspecto muito pouco se pode adiantar em concreto, nomeadamente a respeito da verdadeira importância do cavalo como meio de deslocação nessa altura.

Um dos contributos neste campo chega-nos da Antropologia Física, concretamente do estudo dos esqueletos da sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra). Os membros inferiores de um dos esqueletos apresentam significativa robustez, que poderá ser explicada pelo esforço físico de montar a cavalo e repetido ao longo de anos, o que coloca alguns obstáculos à ideia, também ela suportada por outros argumentos, de que se trataria de um navegador sardo (SPINDLER *et al.* 1973-74; CARDOSO, 2004: 223; VILAÇA & CUNHA, 2004, p. 52 e 54, entre outros).

Já os testemunhos arqueológicos do território português relacionáveis com a montada são praticamente inexistentes, constituindo uma das poucas excepções o presumível pico ou *stimulus* de Baiões (Fig. 6) (SILVA *et al.*, 1984, Est. IX-5; Almagro GORBEA, 1998, p. 82). Trata-se de uma peça terminada em espigão, com pequenas argolas penduradas, sem paralelos conhecidos no Ocidente Peninsular, mas com variadíssimos paralelos na Itália setentrional e central.

Portanto, talvez não seja despidendo, por este e pelos exemplos antes apontados, também olhar para a Itália continental como uma das regiões de contacto, tal como o fazemos para as ilhas, Sardenha e Sicília.

5. Sobre as importantes e expressivas conexões entre o Centro do território português e o Mediterrâneo Central, concretamente a Sardenha, nos finais do Bronze Final, já muito se escreveu. Problemática continua a ser a identificação da(s) “nacionalidade(s)” dos navegadores. A intervenção de micénicos, cipriotas, sírio-fenícios e sardos, tem sido apontada por diversos investigadores, admitindo-se igualmente a existência de tripulações multiétnicas, com participação de indígenas e navegadores atlânticos nas viagens que cruzaram, então, o Mediterrâneo (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2005, p. 252, 256).

Os recentes achados fenícios de Huelva e as datas de finais do X-inícios do IX a.C., com eles conectadas, permitiram valorizar também a existência de rotas fenícias entre o Mediterrâneo e o sul da Península no Bronze Final (GONZÁLEZ DE CANALES, 2004, p. 249). Por isso, também este investigador defendeu como possibilidade que os carrinhos de Baiões seriam um produto fenício chegado entre o século X e inícios do VIII a. C.

Tive recentemente oportunidade de discutir Baiões e alguns dos interessantíssimos problemas que lhe estão subjacentes (Vilaça, no prelo a). Um deles prende-se com os resultados radiocarbónicos disponíveis até ao momento, correspondentes a quatro datas.

A data de C 14 (GrN-7484: 2650±130 BP), obtida a partir da madeira do alvado de uma ponta de lança, é de relativo interesse tendo em conta o seu alto desvio-padrão (KALB, 1974-1977).

Maior interesse oferecem as três datas recentemente determinadas<sup>4</sup>, não só por possuírem desvios-padrão relativamente pequenos, mas por terem sido obtidas a partir de sementes (fava e ervilha), portanto elementos de vida curta, o que lhes confere um valor muitíssimo próximo da realidade. As sementes resultaram das escavações realizadas em 1973 por Celso Tavares da Silva, não sendo possível especificar o seu contexto preciso de origem, nomeadamente se oriundas do sector A ou do sector B; sabe-se apenas que foram recolhidas na crivagem das terras (SILVA, 1979, p. 524). Indirectamente, poderemos associá-las aos materiais dessa campanha, os quais correspondem, ao nível dos metais, a um conto e duas pontas de lança, dois “tranchets”, um espeto, etc., e, ao nível das cerâmicas, às de “tipo Baiões”, entre outras, tudo isto numa única camada arqueológica (SILVA, 1979, p. 528).

---

<sup>4</sup> Por nossa iniciativa e com a concordância de João Inês Vaz, actual responsável pelos materiais de Baiões à guarda da Universidade Católica (Pólo de Viseu), a quem agradecemos o interesse demonstrado.

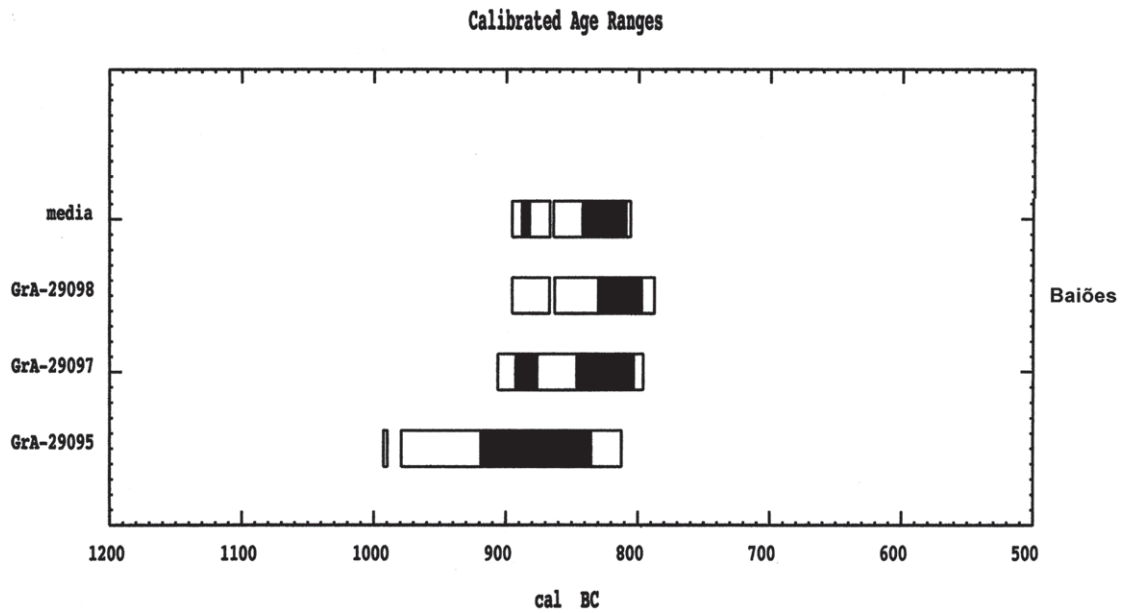


Fig. 7 – Representação gráfica de três datas de  $^{14}\text{C}$  da Sr.<sup>a</sup> da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul.

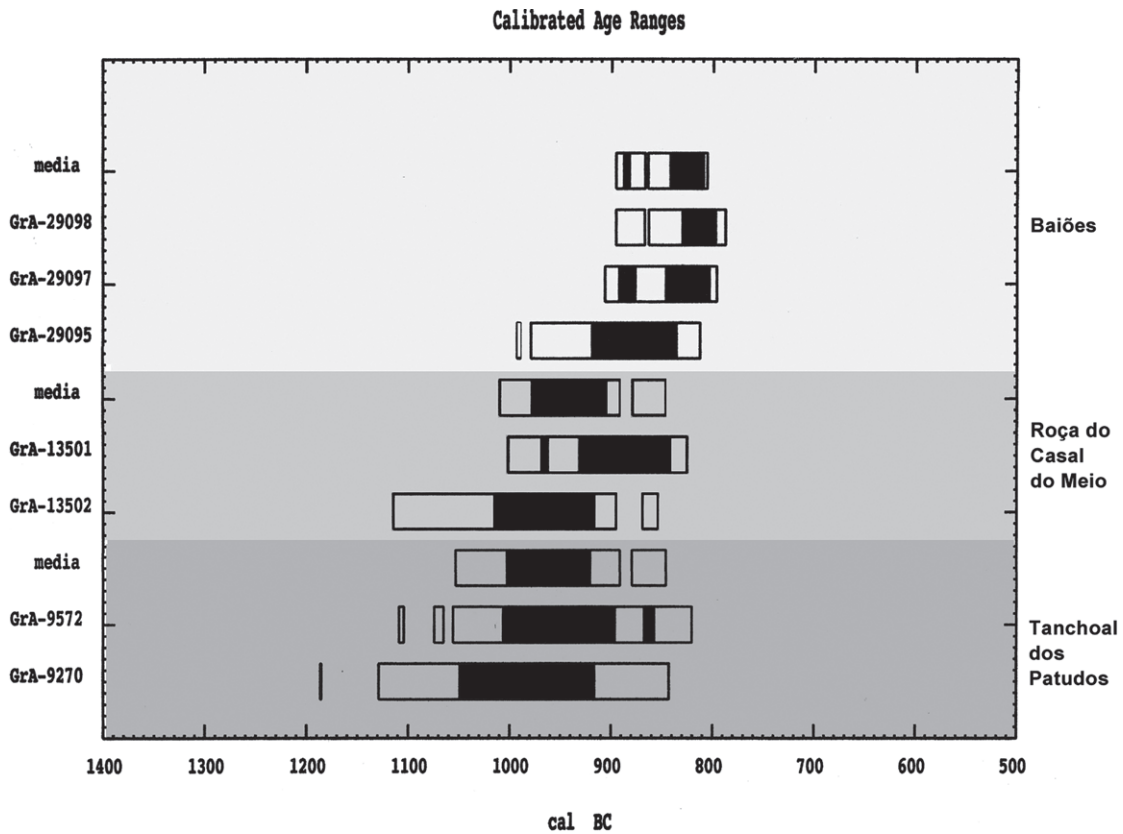


Fig. 8 – Representação gráfica das datas de  $^{14}\text{C}$  da Sr.<sup>a</sup> da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul; Roça do Casal do Meio, Sesimbra; Tanchoal dos Patudos (Alpiarça).

Os resultados (GrA-29095: 2745±40 BP; GrA-29097: 2680±40 BP; GrA-29098: 2650±35 BP), e a média ponderada passível de ser utilizada (2688±22 BP), uma vez calibrados, para um intervalo de confiança de 2 sigma, fornecem os seguintes valores: 993-979 cal. BC., 906-796 cal. BC, 895-787 cal. BC e 895-806 cal. BC. Portanto, podemos apontar para uma cronologia centrada nos sécs. X-IX a.C. (Fig. 7) (VILAÇA, no prelo a).

Confrontando estes resultados com as datações de dois outros casos suficientemente distintos, até pela carga cultural que a historiografia lhes tem atribuído – Roça do Casal do Meio e Tanchoal dos Patudos (Alpiarça) –, verificamos que todos eles, ainda que fornecendo resultados distintos – Tanchoal ligeiramente mais antigo (média ponderada de 2810±35 BP; calibração para 2 sigma: 1053-846 cal. BC), seguido pela Roça do Casal do Meio (média ponderada de 2790±28 BP; calibração para 2 sigma: 1010-846 cal. BC) e depois por Baiões (média ponderada de 2688±22 BP; calibração para 2 sigma: 895-806 cal. BC) –, poderão ter sido contemporâneos num determinado lapso de tempo, ainda que curto, entre finais do séc. X a.C. e a 1.<sup>a</sup> metade do séc. IX a.C. (Fig. 8) (VILAÇA, no prelo a).

E, se os compararmos com o que foi publicado para os níveis com ocupação fenícia de Huelva, com uma idade média de 2755±15 BP, que, calibrado para 95,4% de probabilidade, corresponde a 970-960 cal. BC e 930-830 cal. BC<sup>5</sup>, então, teremos de concluir que também o nível fenício de Huelva terá sido parcialmente contemporâneo de todas elas, e muito especialmente sincrónico com a realidade a que se reportam as datas da Roça e de Baiões.

Portanto, numa determinada óptica e recuperando parte da herança legada por certa historiografia, teríamos de dizer que, no Centro do território português e áreas afins, logo nos inícios do I milénio a.C., poderão ter co-existido populações de além-Pirenéus conectadas com os “Campos de Urnas”, populações sardas e/ou fenícias e, sem dúvida alguma, indígenas; alguns destes, talvez mais viajados do que poderíamos imaginar. Ou, pelo menos, poderão ter tido distinta origem, e terem chegado por distintas mãos, as novidades que a arqueologia registou, quer no mundo dos vivos, quer no dos mortos.

Mesmo admitindo como seguros todos estes resultados, o que expressaria um notável “cosmopolitismo”, falta explicar por que motivo as comunidades indígenas do Centro do território português só tiveram acesso, ou só se interessaram, por determinados bens de âmbito mediterrâneo, com sistemática e total ausência de cerâmicas sardas e fenícias, que se encontram em Huelva, numa manifesta expressão de selecção cultural, quaisquer que tenham sido os seus autores.

Portanto, mais dados mas não menos problemas.

**6.** De entre os diversos testemunhos de finais da Idade do Bronze comprovativos das conexões entre o território português e o Mediterrâneo contam-se, por exemplo, os primeiros artefactos de ferro (VILAÇA, 2006) e de vidro, e algumas peças de bronze com decoração entrançada ou em forma de Y, obtida pelo método da cera perdida, de inequívoca inspiração oriental sardo-cipriota, conforme sublinhado por Almagro Gorbea e Ruiz-Gálvez Priego em vários trabalhos. Mantém-se em aberto o problema de sabermos se as peças em causa serão importações ou produções indígenas que assimilaram, simplesmente, um estilo mediterrâneo. Até porque, ao que parece, nem sequer aquele método sofisticado era desconhecido dos metalurgistas peninsulares. Mas serão importações sardas ou recriações ocidentais? Não sabemos.

Aquele peculiar estilo decorativo encontra-se nos carrinhos de Baiões (Fig. 9), num pequeno fragmento proveniente do Castro de Pragança e nas peças em forma de pega do Monte de São Martinho (Castelo Branco) (VILAÇA, 2004) e do Pé do Castelo (Beja) (LOPES & VILAÇA, 1998), ambas resultantes de recolhas ocasionais. Para mim ainda não é clara a sua função específica, sendo certo, assim me parece, que deveriam ser associadas através das argolas e espiões que possuem, a outras peças, certamente em materiais perecíveis (madeira, cordas, tiras de cabedal, etc.).

<sup>5</sup> <http://www.ucm.es/info/antigua/cefyp.htm> (consulta efectuada a 3/05/2006).

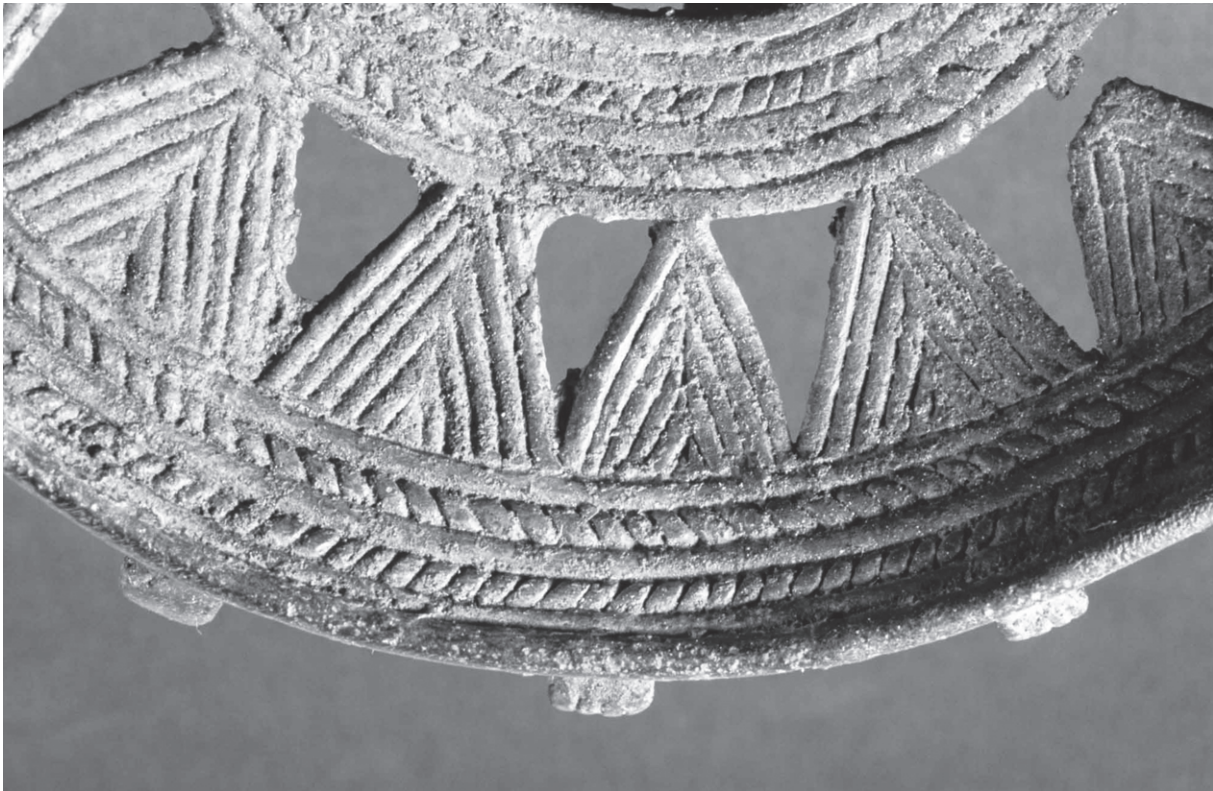


Fig. 9 – Pormenor dos suportes da Sr.<sup>a</sup> da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul, com a característica decoração em Y (seg. B. Armbruster).

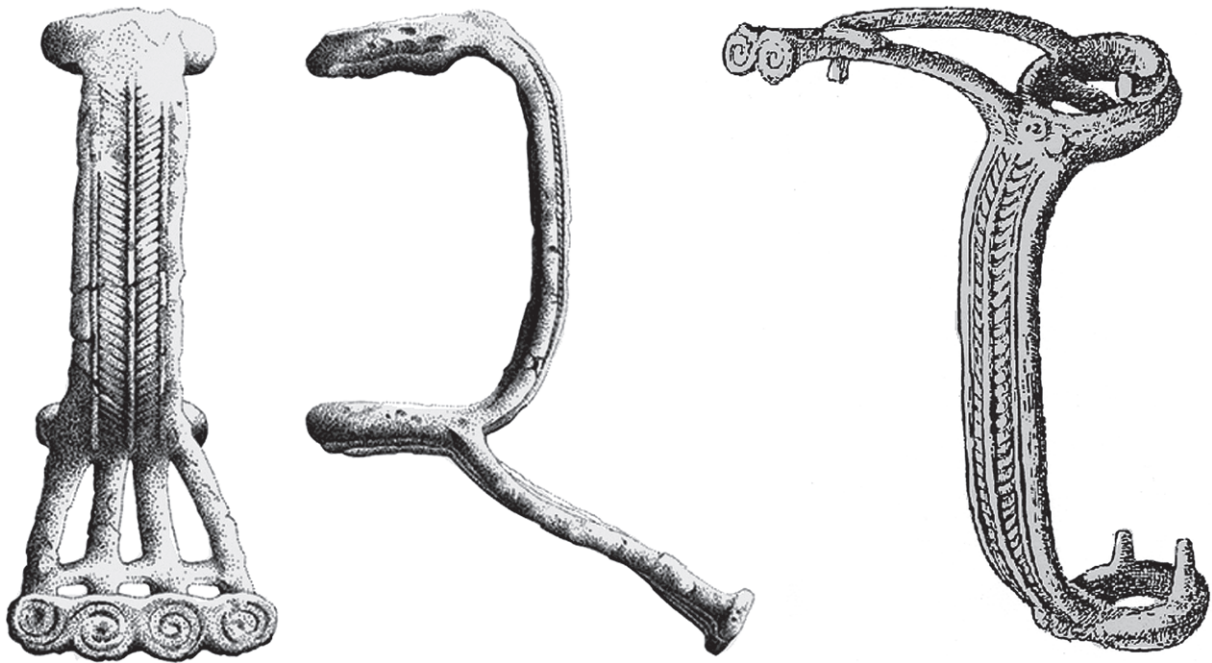


Fig. 10 – Bronzes com decoração em Y do Pé do Castelo (Beja) e Monte Sa Idda (Sardenha) (seg. R. Vilaça e A. Taramelli).

Naquele último caso, é flagrante a similitude com uma das peças do famoso depósito de Monte Sa Idda (Cagliari) (Fig. 10), que foi classificada, embora com insegurança, como esticador de arco (TARAMELLI, 1921, p. 59).

O método da cera perdida tem sido associado a artífices mediterrâneos, nomeadamente cipriotas, que o terão introduzido (juntamente com o ferro) na Sardenha e, a partir daí, na Península (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2005, p. 262). Todavia, essa técnica seria já conhecida pelos artífices do Bronze Final do mundo atlântico, como bem ilustram, entre outros, os espetos articulados e os ganchos de carne de fabrico atlântico. Esta comunhão de conhecimentos tecnológicos, da parte dos artífices mediterrâneos e atlânticos, em nada ajuda, obviamente, a determinar a autoria daquele tipo de peças.

7. Numa outra categoria, inserem-se as fíbulas e as pinças, que não só expressam uma novidade formal de matriz mediterrânea, como, alterações na forma de vestir, uma nova estética de transformação do corpo e da aparência, com significado social, conforme tem sido sublinhado por diversos investigadores.

E é bem possível, como também já foi defendido (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1993, p. 56; 1998, p. 223; CÁCERES GUTIÉRREZ, 1997), que a adopção das primeiras tivesse sido acompanhada da importação de tecidos de luxo com padrões atraentes, geométricos e complexos, os quais, de alguma forma, poderiam encontrar-se reproduzidos nas cerâmicas pintadas a vermelho de “tipo Carambolo”, características da Andaluzia, mas que também atingem o Alentejo e a Beira Baixa, chegando aos contra-fortes da serra da Estrela, designadamente ao castro do Cabeço da Argemela (Fundão)<sup>6</sup> (Fig. 11).

De facto, ninguém ignora a importância do papel desempenhado pelos tecidos de luxo no comércio com o Mediterrâneo e em particular na órbita fenícia. Mas não ignoremos também que nem todos os tecidos de luxo, pintados a vermelho, se devem aos Fenícios e, muito antes deles, em meados do III milénio a. C., já eram conhecidos entre as comunidades indígenas do Ocidente Peninsular, como ficou demonstrado no interessante trabalho sobre um fragmento de tecido que envolvia um machado de cobre do monumento 1 da necrópole de Belle France (Caldas de Monchique) (SOARES & RIBEIRO, 2003). A sua análise permitiu ver que se tratava de um linho com faixas avermelhadas, possivelmente aplicadas por pincelagem com um corante, identificado como sendo garança ou ruiva dos tintureiros, planta subspontânea em Portugal, cuja raiz, avermelhada, oferece qualidades em tinturaria<sup>7</sup>.

Quanto às pinças (Fig. 12), e como bem notou Ruiz-Gálvez Priego em diversos trabalhos, fariam parte, conjuntamente com os pentes, dos cuidados pessoais a ter com a barba, e, por conseguinte, expressam também um novo padrão estético identificativo, e, pelos contextos conhecidos – sepultura da Roça do Casal do Meio, povoados de Monte Airoso (Penedono), Monte do Frade (Penamacor) ou Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) –, na vida e na morte.

Mas este “novo” padrão estético, de âmbito mediterrâneo, talvez não seja tão distinto assim do que encontramos no mundo atlântico, ainda que, aí, envolvendo instrumentos formalmente diferentes mas funcionalmente idênticos. No primeiro utilizam-se pinças, no segundo recorre-se às igualmente delicadas navalhas de barba, como as do Abrigo Grande das Bocas (CARREIRA, 1994, p. 85 e Est.XXXIII-5) e das Caldas de Monchique (SCHUBART, 1975, p. 85 e Taf. 10-46), também elas de excepção, de conotação etária, de género e de poder (Fig. 13).

Portanto, aparentemente, neste caso, Atlântico e Mediterrâneo mais próximos que distantes, na essência, não tanto na forma.

---

<sup>6</sup> Em estudo pela autora.

<sup>7</sup> No seu interessante livrinho, *Plantas Tintoriais Portuguesas*, Porto, 1927, p. 13 e 59, Orlanda Cardoso refere-se à *Rubia tinctorum* Lin., planta de raiz vermelha, sobretudo nas de muita idade, cuja cultura é feita em terrenos húmidos. Esta raiz, associada a sais de alumínio, tingem desde o vermelho ao rosa; com sais de ferro, tingem desde o negro à cor lilaz; a mistura de sais de ferro e de alumínio (como mordente) e a raiz de granza (como corante) tingem do castanho escuro ao sépia.





Fig. 11 – Cerâmica de “tipo Carambolo” proveniente do castro do Cabeço da Argemela, Fundão (Museu Municipal do Fundão).

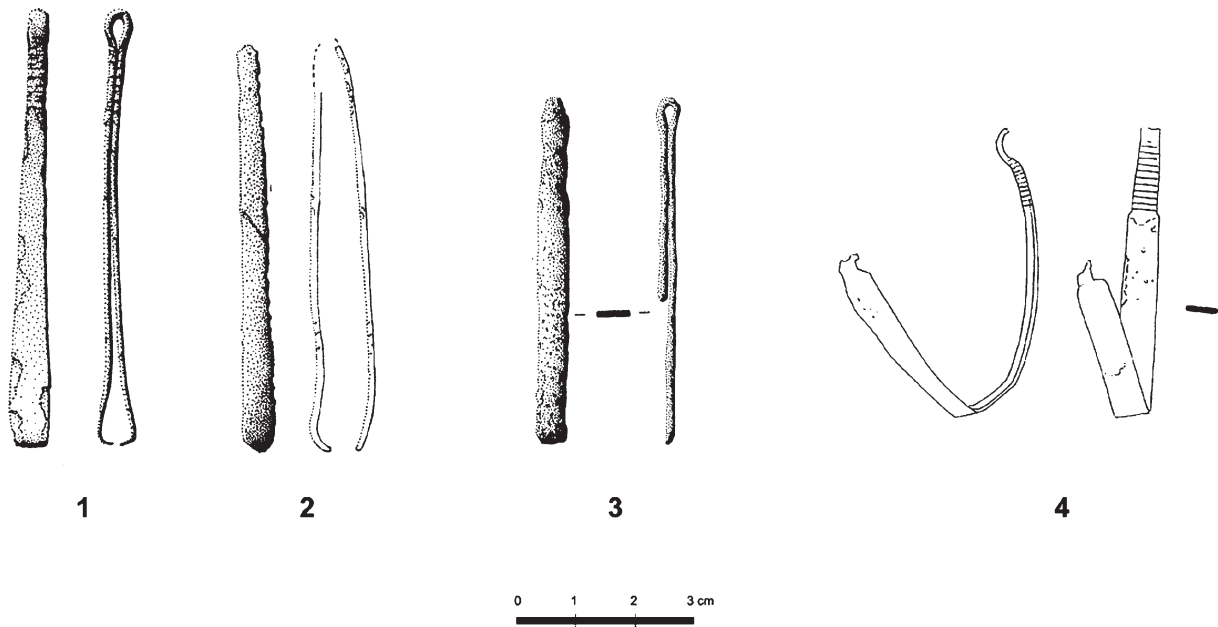
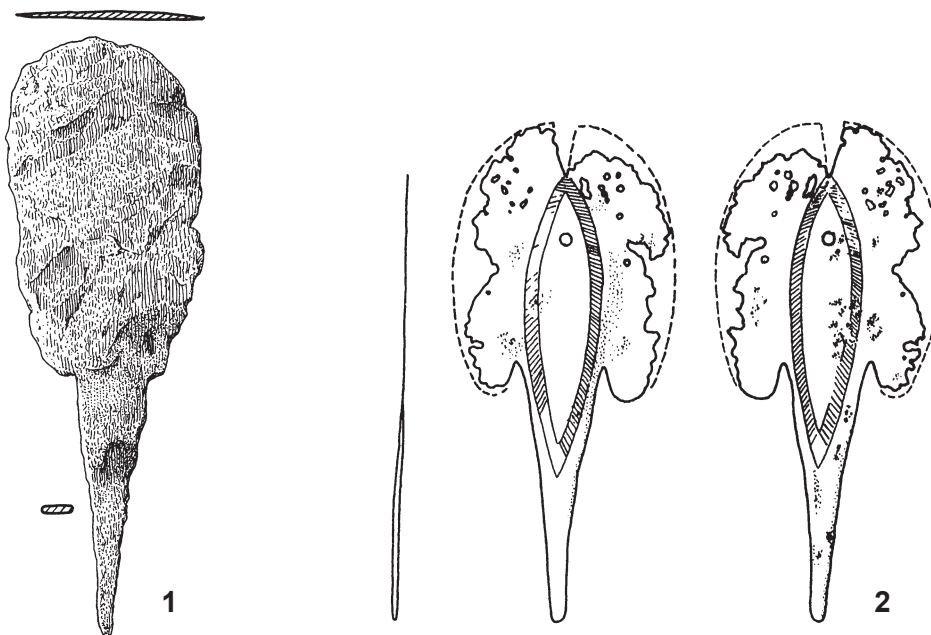


Fig. 12 – Pinças do Monte do Frade, Penamacor) (1 e 2); Monte do Trigo, Idanha-a-Nova (3); Monte Airoso, Penedono (4) (seg. R. Vilaça).



**Fig. 13** – Navalhas de barbear de Caldas de Monchique (1) e do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (2) (seg. H. Schubart e J. R. Carreira).



**Fig. 14** – Molde de possível cabo galonado de espelho proveniente da Azenha da Misericórdia, Serpa (seg. R. Vilaça).

8. Mais difícil de entender é o motivo pelo qual, no conjunto dos artefactos de âmbito mediterrâneo, uns são importados e/ou imitados e outros aparentemente apenas representados. Refiro-me agora, em concreto, ao caso dos espelhos, circunscritos à sua imagem gravada na pedra, como se vê no monólito de S. Martinho (Castelo Branco), ou na estela de Ervidel (Beja) (GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 298 e 315).

Parece fazer sentido que pinças e espelhos seriam partes de um mesmo “kit” de transformação do corpo, e, por conseguinte, deveriam ser tratados de forma idêntica. A verdade é que das primeiras existem objectos reais, que foram manipulados, usados, exibidos, como vimos. Dos segundos, não há vestígios antes da Idade do Ferro.

É verdade que conhecemos um molde em xisto mosqueado de um mais que provável cabo de espelho galonado (Fig. 14) do povoado da Azenha da Misericórdia (Serpa), mas a sua cronologia não é segura, podendo ser do Bronze Final ou já da Idade do Ferro. Confirmando-se a sua função e cronologia mais antiga, teríamos uma prova do fabrico daquele tipo de espelhos. A peça foi recolhida em prospecções por uma antiga aluna do Instituto de Arqueologia da FLUC que, em trabalho escolar, o descreve e interpreta correctamente (ANDRÉ, 1994, p. 26 e

Fig. 30-31). Posteriormente, na sua publicação, é-lhe atribuída idêntica interpretação (SOARES, 1996, p. 105 e Fig. 8).

Espelhos com pega galonada encontram-se representados em diversas estelas do SW, mas também agora na Beira Alta, como mostra uma segunda estela encontrada no Baraçal (Sabugal) onde, à composição básica de escudo, espada e lança, se junta igualmente a figura de um espelho (Fig. 15)<sup>8</sup>.



Fig. 15 – Estela de Baraçal 2, Sabugal (seg. J. N. Marques).

<sup>8</sup> Em estudo pela autora, André Tomás Santos e João Nuno Marques.

Fariam os espelhos parte da realidade ou expressariam antes uma linguagem simbólica e uma aspiração das elites na linha da ideia defendida por Galán Domingo (1993)?

9. O Ocidente peninsular conheceu, na charneira do II para o I milénios a. C. e inícios deste, um profundo e complexo processo de transformação, onde couberam realidades heterogéneas, díspares, até mesmo contraditórias. Atlântico e Mediterrâneo cruzaram-se no Centro do território português, permeabilizando-se. Esta co-existência é particularmente evidente ao nível das trocas e da circulação de bens, praticadas a diferentes escalas e com objectivos não menos distintos (VILAÇA, 2003, p. 276).

Por conseguinte, as coisas terão sido bem mais complexas do que uma simples visão dicotómica que valorize a substituição de um sistema baseado num “modo de produção doméstico”, com trocas directas e de pequena escala, por um sistema mercantil ou mesmo proto-mercantil, determinado pelo valor intrínseco do produto que se trocava e já não pelo acto em si. O modo de funcionamento e a forma de percepção do mundo das entidades que os investigadores denominam de pré e de proto-históricas coexistirão ainda durante algum tempo.

Até que ponto todas essas novidades – objectos, estilo, tecnologia (mas não cerâmicas ou formas e técnicas de construção distintas) – terão afectado e interferido nos processos culturais indígenas? É muito difícil dar uma resposta segura e substanciada. Mas não me parece que neles tenha radicado qualquer processo de transformação profunda e globalizadora da estrutura das comunidades do Ocidente Peninsular nos finais da Idade do Bronze.

Desta comunicação não há propriamente conclusões a tirar porque muito ficou por dizer. Limitei-me a comentar alguns dados de ampla distribuição geográfica e, por isso, difíceis de articular, os quais carecem ainda de muita reflexão. É óbvio que a análise dos problemas a uma escala europeia e mediterrânea permite focalizar determinados ângulos que, de outro modo, passariam despercebidos. Mas creio muito imprudente o apelo de Kristiansen para que os arqueólogos abandonem os estudos contextuais e processuais locais (KRISTIANSEN & LARSSON, 2006, p. 409). Sem estes, podemos ser tentados pela ficção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – Precolonización y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In JORGE, S. O. ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA, p. 81-100. (*Trabalhos de Arqueologia*. 10).
- ANDRÉ, M. C. M. (1994) – *O Castro da Azenha da Misericórdia (Serpa) – um ensaio de interpretação espacial*. Coimbra: Instituto de Arqueologia (trabalho escolar policopiado).
- ARMBRUSTER, B. (2002-2003) – A metalurgia da Idade do Bronze Final Atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. X-XI, p. 145-155.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 23, p. 9-156.
- CÁCERES GUTIÉRREZ, Y. E. (1997) – Cerámicas y tejidos: sobre el significado de la decoración geométrica del bronce final en la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid. 8, p. 125-140.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 12).
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 6, p. 325-345.

- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris. Diffusion de Boccard. Publ. Centre Pierre Paris 11. Col. Maison Pays Ibériques 20.
- COFFYN, A.; SION, H. (1993) – Les relations atlanto-méditerranéennes. Elements pour une révision chronologique du Bronze final atlantique. *Méditerranéo*. Lisboa. 2, p. 285-310.
- GALÁN DOMINGO, E. (1993) – *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense (*Complutum extra*. 3).
- GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra XIV ed VIII secolo a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche. The West mediterranean between the 14th and 8th Centuries B. C. Mining and metallurgical spheres*. Oxford. British Archaeological Reports. IS. 612.
- GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1976-77) – As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel, Beja) – estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. II-III, p. 281-343.
- GONZÁLEZ de CANALES CERISOLA, F. (2004) – *Del Occidente mítico griego a Tarsis-Tarteso*. Madrid: Biblioteca Nuova.
- GUERREO AYUSO, V. (2004) – Las Islas Baleares en los derroteros del Mediterráneo Central y Occidental. In PEÑA, V. et al. (eds.) – *La navegación Fenicia. Tecnología naval y derroteros*. Madrid. Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 85-133.
- KALB, P. (1974-77) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 141-144.
- KALB, P. (1980) – O Bronze Atlântico em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol. I, p. 113-120.
- KARAGEORGHIS, V. e LO SCHIAVO, F. (1989) – A west mediterranean obelos from Amathus. *Rivista di Studi Fenici*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche. XVII (1), p. 15-29.
- KRISTIANSEN, K. & LARSON, T. B. (2006) – *La emergencia de la sociedad del Bronce. Viajes, transmisiones y transformaciones*. Barcelona: Bellaterra arqueologia.
- LO SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final Atlantique. In CHEVILLOT, C. e COFFYN, A. dir. – *L'Age du Bronze Atlantique*. A.MU.SA. Beynac-et-Cazenac, p. 213-226 (Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac).
- LOPES, M. C. e VILAÇA, R. (1998) – Peça do Bronze Final proveniente do Pé do Castelo (Trindade, Beja). *Arquivo de Beja*. Série III, 7/8, p. 63-84.
- NEEDHAM, S. (1993) – Displacement and Exchange in Archaeological Methodology. In SCARRE, C. e HEALY, F. eds. – *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*. Oxford: Oxbow Monograph 33, p. 161-169.
- PONTE, S. (2001) – Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré). *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 87-95.
- PULAK, C. (1994) – 1994 excavation at Ulu Burun. The final Campaign. *Institute of Nautical Archaeology Quarterly*. Texas: INA. 21 (4), p. 8-16.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1983) – Espada procedente de la Ria de Larache en el Museo de Berlin Oeste. In *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*. 2, p. 63-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1986) – Navegacion y comercio entre el Atlántico y el Mediterraneo a fines de la Edad del Bronce. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 43, p. 9-42.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1993) – El Occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterraneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce. *Complutum*. Madrid. 4, p. 41-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*, Barcelona: Crítica.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (2005) – Der *Fliegende Middlemeermann*. Piratas y héroes en los albores de la Edad del Hierro”. In CELESTINO PÉREZ, S. e JIMÉNEZ ÁVILA, J. eds. – *El Período Orientalizante. Actas del Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, p. 251-275 (Anejos de *Archivo Español de Arqueologia*, 35).
- SAMSON, A. (2006) – Offshore finds from the Bronze Age in North-Western Europe: the shipwreck scenario revisited. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 25 (4), p. 371-388.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Madrider Forschungen. Band 9. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2005) – O outro lado do comércio orientalizante: aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das Beiras portuguesas”. In CELESTINO PÉREZ, S. e JIMÉNEZ ÁVILA, J. eds. – *El Período Orientalizante. Actas del Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, p. 901-910 (Anejos de *Archivo Español de Arqueologia*, 35).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & PEDRO, I. (2000) – Between myth and reality: the foundry área of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia metallurgy”. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 61-77.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna*. Porto, p. 73-109 (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão).
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*. Viseu. 38 (3), p. 511-531.
- SILVA, F. P. (s/d) – *Estação arqueológica do Cabeço do Vouga. Um olhar sobre o passado feito presente*. Câmara Municipal de Águeda: Gabinete de História e Arqueologia.
- SOARES, A. M. (1996) – Povoado da Misericórdia (Margem esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 103-116.
- SOARES, A. M. & RIBEIRO, M. I. (2003) – Identificação, análise e datação de um tecido pintado proveniente de um monumento megalítico da necrópole de Belle France (Monchique, Algarve, Portugal). In *Libro de Resúmenes de Actas del V Congreso Ibérico de Arqueometría*. Puerto de St.<sup>a</sup> Maria, p. 155-156.
- SPINDLER, A. ; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1973-74) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-154.
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda, Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. 27, p. 6-98.

- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. 2 vols. Lisboa: IPPAR (*Trabalhos de Arqueologia*, 9).
- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 21, p. 245-288.
- VILAÇA, R. (2004) – Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze Final. *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. Nova série. 3, p. 3-16.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados”. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (no prelo a) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*. Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC.
- VILAÇA, R. (no prelo b) – On the Late Bronze Age tranchets from the Western Iberian Peninsula. In ARMBRUESTER, T. ed. – *Homage to Philine Kalb*. Habelt Verlag, Bonn, 2008.
- VILAÇA, R. e CRUZ, D. J. (1999) – Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 73-99.
- VILAÇA, R.; BECK, C.; STOUT, E. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- VILAÇA, R.; OSÓRIO, M. & FERREIRA, M. C. (2004) – Nem tudo o que parece é. Um caso de etnoarqueologia na Serra Gorda (Águas Belas, Sabugal). *Norba, Revista de Historia*, Cáceres. 17, p. 137-156.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. II série. 13, p. 48-57.